

# A pesquisa e a formação de pesquisadores em atividade física e saúde no Brasil

Mauro Virgílio Gomes de Barros<sup>1,2</sup>

<sup>1</sup> Editor Chefe da RBAFS

<sup>2</sup> Universidade de Pernambuco, PE, Brasil.

Assim como em outros países, no Brasil a atividade física e saúde passou por grandes modificações ao longo dos últimos anos, embrenhando-se por áreas de conhecimento e campos de intervenção profissional nunca antes imaginados. Houve um acentuado avanço da pesquisa nesta área, evidenciado pelo aumento constante do número de pesquisadores de grupos de pesquisa, e pelo quantitativo de programas de pós-graduação que passaram a focalizar a atividade física e saúde como uma temática central de suas ações de formação de pesquisadores de produção de conhecimentos. A própria produção de conhecimento vem apresentando tendência constante de crescimento ao longo das últimas duas décadas. Mas, apesar do crescimento observado, persiste a necessidade de aproximar cada vez mais a pesquisa da intervenção profissional e de adotar estratégias inovadoras na formação de pesquisadores.

Tomando como ponto de partida a análise da formação de pesquisadores para esta área, o Brasil tem um sistema que está todo alicerçado nos programas de pós-graduação da grande área das ciências da saúde, em particular da chamada área 21 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Há de se reconhecer, ainda, que áreas como a Saúde Coletiva, a Odontologia e, até mesmo, a Engenharia tenham contribuído para formação de pesquisadores com interesse e competências para desenvolvimento de investigações no âmbito da atividade física e saúde. Entretanto, este papel assumido pela saúde coletiva e por outras áreas de conhecimento parece ter sido muito mais decorrente das assimetrias na oferta de oportunidades de formação pós-graduada na área 21 do que propriamente por tradição científica. Por exemplo, até 2007 não existia nas regiões norte e nordeste nenhum curso de pós-graduação com foco (área ou linha) na investigação da atividade física e saúde, era de se esperar então que a formação de pesquisadores ocorreria em outras áreas e em outras regiões do país.

Este cenário passa a se modificar com o desenvolvimento mais equitativo do sistema de pós-graduação, processo iniciado com a implantação dos primeiros cursos de pós-graduação em Educação Física na região nordeste, ocorrida nos últimos anos, e com a consolidação de programas de outras regiões que passaram a ter áreas de concentração e linhas de pesquisa especificamente orientadas para a atividade física e saúde. Atualmente a situação é bem diferente, estimando-se que aproximadamente 30% dos docentes permanentes vinculados aos programas da área 21 tenham a "atividade física e saúde" como linha de pesquisa principal e 80% dos programas reconhecidos pela CAPES tenham pelo menos uma linha de pesquisa com este enfoque. Estes números, mesmo que limitados do ponto de vista da representatividade já que a atividade física e saúde também está em outras áreas das ciências da saúde, indicam a importância que a temática assumiu na formação de pesquisadores em nosso país.

Considerando a capacidade de orientação de estudantes de mestrado e doutorado que cada docente permanente pode assumir (portaria CAPES N° 192/2011)<sup>1</sup> e o quantitativo de docentes somente na área 21 da CAPES que estão atuando com foco na pesquisa em atividade física e saúde é possível supor que, a cada ano, um grande contingente de novos pesquisadores seja formado. Isto, sem dúvidas, termina por gerar também um aumento na produção de conhecimentos e uma tendência a acelerado desenvolvimento da própria atividade física e saúde no interior do sistema de pós-graduação e pesquisa. Negativamente, gera um aumento na demanda por financiamento para pesquisa, expansão de demanda que as agências de fomento não estão conseguindo acompanhar.

Outro indicador importante que revela a importância que vem sendo dada à investigação em atividade física e saúde é o aumento do número de grupos de pesquisa com este enfoque, ocorrido nos últimos anos. Dos grupos certificados por instituições de ensino superior e cadastrados na base Grupos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), aproximadamente 50% haviam sido criados en-

tre 2005 e 2010 e somente 2,4% tinham mais de 15 anos desde a criação<sup>2</sup>. O Núcleo de Pesquisa em Atividade Física e Saúde (NuPAF) da Universidade Federal de Santa Catarina, criado em 1991, é possivelmente o mais antigo grupo de pesquisa brasileiro com este foco de investigação. Positivamente, os grupos estão em todas as regiões do país, inclusive na região norte onde ainda não temos programas de pós-graduação da área 21 em funcionamento. Trata-se, portanto, de equipes jovens e cuja organização acadêmica é recente, por isso há de se esperar que num futuro próximo muitos e bons frutos possam ser colhidos do esforço que estes grupos de pesquisa estão realizando.

Apesar do potencial inovador dos investigadores e da juventude e capilaridade regional dos grupos de pesquisa, a atividade física e saúde está padecendo de um mal antigo, a falta de investimentos. Muitos pesquisadores qualificados e com enorme potencial para geração de conhecimentos e inovações não contam com qualquer financiamento para seus esforços de investigação. Trata-se de uma situação paradoxal, com riqueza de recursos humanos e penúria quanto à disponibilidade de recursos de custeio e capital. Além disso, nas agências federais de fomento, assim como em muitas fundações estaduais (as chamadas FAPs), parece haver desconhecimento quanto à natureza dos recursos necessários ao desenvolvimento de pesquisas em atividade física e saúde. Por exemplo, não é incomum que os editais limitem a aplicação de recursos para itens de custeio (exemplo: diárias, serviços de terceiros, passagens, dentre outros) ou os pareceres destas agências aproveem o mérito dos projetos, mas cortem os orçamentos exatamente nestes itens. Isto termina se configurando num problema porque muito frequentemente os protocolos de investigação em atividade física e saúde envolvem extensivo trabalho de campo e, por conseguinte, exigem considerável aplicação de recursos em custeio.

Mas esta discussão sobre a escassez de financiamento só emergiu diante do tamanho que a atividade física e saúde passou a ocupar nas áreas em que está inserida, em especial na Educação Física. E qual o tamanho da atividade física e saúde na Educação Física? Uma resposta para esta questão é difícil de precisar, mas parece haver um número que representa razoavelmente a situação atual: “trinta por cento”. Além de ser esta a proporção de docentes permanentes nos programas de pós-graduação da área 21, é esta também a proporção aproximada de bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq que estão vinculados a esta linha de pesquisa. Um contingente de pesquisadores desafiados a produzirem conhecimentos e inovações que permitam agir em resposta à elevada prevalência de inatividade física e comportamento sedentário na população brasileira<sup>3</sup> e à tendência de elevação na incidência de doenças relacionadas a estas condutas de risco à saúde<sup>4</sup>.

É verdade que muito já foi feito, um desenvolvimento fantástico foi alcançado, mas a jornada é longa e está somente no começo. Há muitas provocações que precisam de adequada resposta tanto dos pesquisadores quanto dos profissionais envolvidos com a atividade física e saúde no Brasil. Precisamos avançar também nas estratégias de formação de pesquisadores, pois de um modo geral os programas de pós-graduação adotam modelos “pouco ousados” na preparação dos futuros investigadores, com reflexo também na preparação daqueles vinculados às linhas de pesquisa em atividade física e saúde. É possível, por exemplo, incrementar a colaboração interinstitucional no sentido de garantir que as potencialidades existentes em cada programa sejam utilizadas solidariamente em benefício da preparação cada vez mais qualificada dos pesquisadores em formação (mestrandos e doutorandos). Sem perder de vista a dimensão humanística da formação, parece haver necessidade de adensamento das experiências curriculares que permitam aos pós-graduandos uma preparação mais sólida em métodos e técnicas de pesquisa. Uma experiência de pós-graduação em rede, a exemplo do que já se faz na área de biotecnologia aqui mesmo no Brasil poderia ser uma alternativa.

Em síntese, seja como área de concentração ou como linha de pesquisa, a atividade física e saúde está em franca expansão no interior dos programas de pós-graduação em Educação Física, além de continuar a ocupar espaço destacado em outras áreas das ciências da saúde. Em decorrência deste crescimento, aumentou muito nos últimos anos a demanda por financiamento, havendo necessidade urgente de ampliação na destinação de recursos. Órgãos como o Ministério da Saúde e entidades do sistema “S” (como o SESI e o SESC), poderiam desempenhar um papel importante neste contexto, articulando parcerias com as agências de fomento a fim de induzir a abertura de editais direcionados a esta área temática. Coordenadores de programas e docentes vinculados às linhas de pesquisa afetas à temática da “atividade física e saúde” têm pela frente o desafio de avançar nas estratégias e modelos de formação de pesquisadores.

## REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria n. 192 de 4 de outubro de 2011. Define, para efeitos de avaliação, realizada pela CAPES, a atuação nos programas e cursos de pós-graduação das diferentes categorias de docentes. Diário Oficial da União. Nº 200, terça-feira, 18 de outubro de 2011.
2. Mendes EL, Andaki ACR, Andaki Junior R. Grupos de Pesquisa em atividade física e saúde no país: quem são e em que lugares estão localizados? In: Virtuoso Junior JS (organizador). Interfaces multidisciplinares na saúde aplicadas na formação do profissional em Educação Física. Uberaba: UFTM, 2011.
3. Kohl HW 3rd, Craig CL, Lambert EV, Inoue S, Alkandari JR, Leetongin G, et al. The pandemic of physical inactivity: global action for public health. *Lancet*. 2012;380(9838):294-305.
4. Schmidt MI, Duncan BB, Azevedo e Silva G, Menezes AM, Monteiro CA, Barreto SM, et al. Chronic non-communicable diseases in Brazil: burden and current challenges. *Lancet*. 2011;377(9781):1949-61.